

# AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS<sup>1</sup>

E-mail:  
antonioapjr@yahoo.com.br  
marleneotmelo@gmail.com

Antônio Afonso Pereira Júnior<sup>2</sup>, Marlene Oliveira<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar as Bibliotecas universitárias das universidades federais brasileiras quanto aos recursos orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos de qualidade. O universo do estudo reúne 19 bibliotecas universitárias federais que responderam ao seguinte questionamento: as bibliotecas universitárias públicas presentes na região sudeste possuem recursos humanos, orçamentários e tecnológicos suficientes para oferecer produtos e serviços de informação de qualidade para a sua comunidade acadêmica. É importante um conhecimento mais específico da realidade das bibliotecas universitárias das Universidades Federais, que possibilite uma visão atualizada dessas bibliotecas por meio de um diagnóstico que permita estabelecer as áreas que devem ser desenvolvidas. O procedimento metodológico para coleta dos dados foi um questionário enviado às 19 Bibliotecas universitárias e para análise dos dados selecionou-se algumas categorias à partir do questionário. Houve alguns empecilhos quanto a coleta dos dados uma vez que com isolamento social devido à pandemia foi difícil localizar o responsável pela biblioteca central de cada unidade.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária, Universidades Federais, Região Sudeste, Análise de Serviços.

## ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the university libraries of the Brazilian federal universities regarding the budgetary and technological resources to develop quality products and services. The universe of the study includes 19 federal university libraries that answered the following question: the public university libraries present in the southeastern region have sufficient human, budgetary and technological resources to offer quality information products and services to their academic community. It is important to have a more specific knowledge of the reality of university libraries at Federal Universities, which allows an updated view of these libraries through a diagnosis that allows establishing the areas that must be developed. The methodological procedures for data collection was a questionnaire sent to 19 university libraries and for data analysis, some categories were selected from the questionnaire. There were some obstacles regarding data collection, since with social isolation due to the pandemic, it was difficult to locate the person responsible for the central library of each unit.

Keywords: University Library, Federal Universities, Southeast Region, Analysis of Services.

<sup>1</sup> Pesquisa dissertação qualificada no programa de pós-graduação em *Gestão & Organização do Conhecimento (PPG-GOC)* da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Mestrando do PPGGOC/Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3769-9631>

<sup>3</sup> Prof. Dra. Do PPGGOC/ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2834-1272>

## 1 INTRODUÇÃO

As Bibliotecas Universitárias brasileiras passaram por momentos de incentivos e de desmonte ao longo do tempo, mas tornaram-se objeto de estudo de pesquisadores da Ciência da Informação e Biblioteconomia a partir de 1980. Esse movimento data do primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). A partir daí, passou a existir uma interação e reflexão entre os participantes daquelas bibliotecas para o desenvolvimento das mesmas.

Por meio deste estudo pretende-se verificar a possibilidade de aprimorar o desenvolvimento, a visão e a expectativa acerca das bibliotecas universitárias e a sua capacidade de captação e aproveitamento de recursos para fazer frente a inovação cotidiana. O estudo foi dirigido às 19 bibliotecas universitárias federais para responder ao seguinte questionamento: as bibliotecas universitárias públicas presentes na região sudeste possuem recursos humanos, orçamentários e tecnológicos suficientes para oferecer produtos e serviços de informação de qualidade para a sua comunidade acadêmica.

Esta pesquisa justifica-se ao observar uma escassez de estudos aprofundados na Ciência da Informação sobre as Bibliotecas Universitárias no Brasil. Como a consulta em todas as bibliotecas de universidades pública tornou-se um universo muito extenso optou-se pela região sudeste. A pesquisa justifica-se também por eventuais contribuições aos bibliotecários e setores da universidade para discussão e reflexão de questões relevantes. Particularmente sobre a distribuição dos recursos públicos para bibliotecas universitárias nas universidades federais na região mais economicamente ativa do País.

Os objetivos desta pesquisa é compreender como os Sistemas de Bibliotecas das universidades federais utilizam os recursos orçamentários, humanos e tecnológicos e como isso impacta na prestação de serviços para os usuários. Assim o objetivo geral é analisar as bibliotecas universitárias da rede pública na região sudeste quanto aos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos de qualidade. Para atingi-lo selecionou-se como objetivos específicos:

- a). Identificar o orçamento médio dessas bibliotecas universitárias;
- b). Levantar o número de bibliotecários de cada biblioteca;
- c). Mapear os serviços e produtos oferecidos por essas bibliotecas;
- d). Levantar os recursos tecnológicos e de compartilhamento tecnológico existentes nessas bibliotecas;
- e). Identificar a existência de políticas de aquisição de suprimentos (acervos, estrutura, tecnologia...) nessas bibliotecas;
- f). Detectar a utilização de política de indexação nessas bibliotecas.

## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1 Histórico das universidades

A dificuldade da gestão pública em suprir as necessidades da coletividade universitária, seja pela escassez de recursos ou pela inabilidade em aplicá-los, não é recente. Segundo Barreto e Filgueiras (2007), a história da origem das universidades brasileiras é complexa. O uso da palavra universidade só passou a ser utilizado nas escolas superiores do século XX, muito tarde em relação

ao resto do mundo. Havia uma tradição de ensino superior brasileiro, e foi sobre esta tradição que se constituíram as primeiras universidades no país, precedidas por escolas profissionais e academias militares.

O Brasil teve desde a época colonial, algumas instituições docentes notáveis em certos aspectos. Em várias delas havia algum ensino científico ou técnico. A criação de universidades, e não mais apenas escolas superiores isoladas, só se efetivou no século XX, em um fenômeno singular brasileiro. (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007, p. 1780).

A universidade brasileira começou a ser desenhada no período colonial. De acordo com Cid (1997), a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola no século XVI, trouxe os jesuítas que tiveram uma enorme importância no ensino superior dos países católicos, como foi o caso de Portugal, e também do Brasil. Na Universidade de Coimbra, eles passaram a controlar o Colégio das Artes, que poderia ser descrito como um centro propedêutico à universidade. Em 1553, com a fundação da Universidade de Évora, eles foram convidados a assumi-la, o que fizeram até sua expulsão dos domínios portugueses, em 1759.

No século XIX, com a Independência do Brasil, houve uma maior aproximação com outros países e a criação de cursos superiores no país, o que justificou a acentuada diminuição de brasileiros estudando em Coimbra. Assim, conforme declaram Barreto e Filgueiras (2007):

A Universidade Federal da Bahia tem sua origem em 1808, data da fundação pelo Príncipe Regente, da Escola de Cirurgia. Mais tarde tornou-se a Academia Médico-cirúrgica da Bahia, antecessora da atual Faculdade de Medicina. Da mesma maneira, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de São Paulo devem ser consideradas como criadas em 1827. Nesta data foram criados Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo, respectivamente, os quais começaram a funcionar no ano seguinte. Estes cursos persistem até a atualidade nas respectivas Faculdades de Direito. Ainda do século XIX surgiram a Universidade Federal de Ouro Preto, cuja Escola de Farmácia se estabeleceu em 1839. A Universidade Federal de Minas Gerais, cuja unidade mais antiga, é Escola de Direito fundada em 1892 em Ouro Preto com o nome de Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Foi depois transferida para Belo Horizonte, onde viria a integrar a Universidade de Minas Gerais (atual UFMG) e sua instituição em 1927. Também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul remonta ao século XIX. Sua primeira célula foi a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, de 1895, que começa a funcionar em fevereiro de 1896. Este é também o ano da fundação da Escola de Engenharia, à qual se seguem outras unidades em rápida sucessão. Estas escolas se reuniram em 1934 para formar a Universidade de Porto Alegre, antecessora da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007, p. 1788).

Conforme Cunha (2007), a Proclamação da República motivou mudanças importantes:

A proclamação da República no Brasil produziu inúmeras mudanças no país. A descentralização do poder com o federalismo substituiu o poder centrado na figura do imperador, agora dividido entre o presidente e os governadores de Estado. O próprio desenvolvimento da economia, o aumento da estrutura de governo, o desenvolvimento urbano e a crescente complexidade da sociedade ao final do século XIX gera demanda por mais universidades. Do Brasil colônia a Era Vargas, classifica-se como universidade temporã. (CUNHA, 2007, p. 16-17). Segundo Fávero (2000), com o regime republicano o ensino superior foi mantido como atribuição do poder federal, mas não de maneira exclusiva. Na Constituição de 1891 (art. 35, parágrafo 3º) cita-se “ser atribuição do Congresso Nacional criar atribuições de ensino superior e secundário nos Estados”. Deste período até 1931, foram promulgados vários dispositivos legais alterando o ensino superior, influência do pensamento positivista. Fávero (2000) aduz ainda que o governo

provisório de Getúlio Vargas, em 1931, promoveu ampla reforma educacional, que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do país), autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades. Durante o período conhecido por Estado Novo ou Era Vargas, surgiu o Ministério da Educação e Saúde Pública que implementou reformas no ensino superior com uma acentuada centralização (FÁVERO, 2000). A mesma autora destaca que para o Ministro Francisco Franco havia uma dupla função para a universidade: “equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propícios às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura” (FÁVERO, 2000. p. 41). O projeto de universidade do governo Vargas propaga a ideia da universidade técnica, voltada para a formação profissional do trabalhador brasileiro, dentro de uma lógica autoritária e definidora da identidade nacional. Em outras palavras, se antes não havia um projeto de universidade, agora o governo imprime um tom ideológico. Um destaque feito por Maria de Lourdes Fávero nos informa que no mesmo período surgiu a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade dos estudantes que passou a desempenhar crítica às políticas educacionais.

A partir de 1945, Fávero (2000) destaca a redemocratização no país com a deposição do presidente Getúlio Vargas, consolidada com a promulgação da nova Constituição de 1946, que prega a liberdade de pensamento. Na década de 40, com a repercussão da Segunda Guerra Mundial, o impacto das bombas atômicas e a disputa por mercado fomentaram as pesquisas científicas: em 1948, houve a criação da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), em 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e em 1950, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), quase que simultaneamente. Já em 1951, têm origem o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES)

Em 1961 houve o importante registro da criação das Comissões Coordenadoras dos Cursos de Pós-graduação, cuja iniciativa gerou a implementação de cursos de Mestrado e Doutorado nos Instituto de Biofísica e de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste mesmo ano surgiu a ideia da criação da Universidade de Brasília (UnB). Sua fundação foi em 15 de dezembro de 1961, planejada sob as concepções de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro. A UnB foi a primeira universidade brasileira concebida aplicando o modelo norte-americano, isto é, baseada em institutos, faculdades e unidades complementares em que o departamento é a unidade didática básica. Em 1963 foi criada a Coordenação dos Programas de Pós-graduação. Cunha (1983) aponta características da expansão de que eram universidades federais, criadas através do processo de *federalização* de faculdades estaduais ou particulares, federais e particulares, que, em sua grande maioria, eram frutos de processo por agregação de escolas profissionalizantes. O número de universidades são 37, em 1964. Em 20 de agosto de 1965, o presidente Castelo Branco sanciona a Lei nº 4.759, determinando que as universidades e escolas técnicas das capitais sejam qualificadas pelo termo federal e denominadas pelo respectivo estado-membro, por exemplo, a universidade de Minas Gerais passava a ser chamada de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); já aquelas que detinham sua sede fora da capital do estado, seriam qualificadas como federais seguidas do nome da cidade. Então, foi durante a ditadura militar que se deu a criação de uma Universidade Federal em cada estado brasileiro (FÁVERO, 2000, p. 101).

Em 1980, o país possuía cerca de 40 universidades públicas que foram equipadas com laboratórios e bibliotecas, os docentes e servidores foram profissionalizados e os salários pagos eram razoáveis naquela época (MORHY, 2004).

No advento da Nova República, em 15 de março de 1985, assumiu o governo do Brasil o senhor José Sarney (1985 – 1990). Então duas ideias emergiram como fundamentais para as universidades públicas: a primeira sobre a autonomia universitária e a segunda sobre a necessidade de democratização do acesso à universidade pública, com ampliação das vagas para um maior contingente populacional. Diante disso, foi criada a Comissão de Alto Nível, para estudar a Reformulação da Educação Superior, instituída pelo Decreto nº 91.177, em 29 de março de 1985, que tinha como escopo verificar a situação de crise das universidades brasileiras e a proposição de soluções (TOSCANO; SANTOS JÚNIOR, 2013).

## *2.2 Histórico das bibliotecas universitárias das universidades federais*

As bibliotecas universitárias tem como objetivo atender às necessidades da comunidade acadêmica da Universidade, Conforme Martins (1996), suas atividades são desenvolvidas de maneira fluida, com o propósito de ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade. A evolução dessas bibliotecas acompanha a evolução do espírito humano para atender o seu papel social e científico.

A biblioteca não deve funcionar como um simples depósito de livros ligados a uma sala de leitura, mas como instrumento dinâmico de ensino. Deve alimentar o intelecto do estudante, estimular as pesquisas do corpo docente e convidar todos os que se acham sob seu teto a compartilhar integralmente de seu alimento cultural. [...] É, portanto, mais do que evidente que a biblioteca é um elemento indispensável para o ensino e a pesquisa. (LEMOS; MACEDO, 1975, p. 43).

Moraes (2006) afirma que a biblioteca universitária brasileira tem sua origem na Bahia com a expulsão da Companhia de Jesus. Todo seu patrimônio foi confiscado, os livros retirados dos colégios ficaram empilhados em lugares insalubres por muito tempo e quase tudo foi destruído. A biblioteca da Bahia, ligada ao ensino das ciências, possuía os livros de Newton e Descartes. Em 1760, a biblioteca do Colégio de Santo Alexandre, no Pará, tinha mais de 2.000 volumes. No Rio de Janeiro, o Colégio dos Jesuítas tinha em torno 5.000 volumes no século XVIII.

Segundo Lemos e Macedo (1975), no início do século XX foi elaborada a legislação sobre o funcionamento de bibliotecas ligadas aos Institutos de Ensino Superior. O presidente Campos Sales aprovou, em 1º de janeiro de 1901, o Código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário, que versava sobre o funcionamento das bibliotecas. Em especial as de uso do corpo docente e dos alunos, mas com acesso para todas as pessoas. Segundo Cunha (2007), ocorreram tentativas na Era Vargas de promover as bibliotecas universitárias com ações para a criação e marcos regulatórios do Estado. Contudo, tais tentativas foram tardias, com orçamentos exíguos e ante a inexistência de políticas governamentais integradas.

Conforme Cunha e Diógenes (2016), com o pós-guerra ocorreu um crescimento das universidades e com elas a criação de bibliotecas universitárias para atender à exigência do mercado de trabalho que buscava a qualificação por meio da ciência e tecnologia. Um marco destacado na história das universidades é a Reforma Universitária de 1968, consolidada pela Lei

nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Contudo, o referido documento não menciona a palavra biblioteca em nenhuma parte da lei.

Ao abordar a biblioteca universitária no âmbito da Reforma de 68, a prof. Etelvina Lima, traçou um quadro que pode ser resumido: “a Lei 5 540/68 se deparou com uma universidade conservadora – pela sua forma de construir o conhecimento –, e fragmentada – pela forma como se originou –, além de distanciada das mudanças extramuros que vinham ocorrendo, principalmente a partir da segunda metade do século XX.” (LUBISCO, 2001, p. 71).

Miranda (1993) discorre sobre a crise enfrentada pela biblioteca universitária brasileira diante da Renovação Universitária:

A renovação universitária é a renovação da nossa sociedade, pela busca de novos valores e de soluções para os grandes problemas nacionais. Informação é matéria prima indispensável nesse processo de renovação. A Biblioteca Universitária necessita acompanhar este processo de renovação, capacitando-se para contribuir decisoriamente nas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. (MIRANDA, 1993 p. 31)

a) pela tentativa de transformação dos métodos de ensino e aprendizagem, b) pela explosão demográfica no ingresso de discentes c) pela intensificação de pesquisas e da extensão e, sobretudo d) pela capacitação de docentes que demandam maior sofisticação e exigem maior pertinência no atendimento dos serviços de informação e documentação. Tarapanoff (1981) destaca que a biblioteca deveria planejar seus serviços em relação aos objetivos da universidade; perceber as bibliotecas como um sistema, opondo-se à biblioteca isolada. Começa a introduzir o princípio da centralização, coordenação e cooperação para evitar duplicação de atividades e assegurar a racionalidade administrativa. Assim, tem-se que a Reforma Universitária de 1968 não especificou diretrizes de mudança ou adaptação para a biblioteca universitária, o que dificultou a interpretação quanto às alterações das bibliotecas.

Na década de 1970, a iniciativa dos diretores das Bibliotecas Centrais das universidades resultou na formação do Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores das Bibliotecas Centrais Brasileiras, em 1972, e na criação, em agosto de 1973, da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras (ABBU). Dentre outros objetivos a ABBU visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento. Também tentou a possibilidade de uma filiação ao Conselho de Reitores (CRUB), uma vez que esse colegiado era voltado às questões do planejamento da universidade e a Comissão à da BU. Contudo foi rejeitada pelo CRUB por considerar que a linha de ação da Comissão era incompatível com a do CRUB. Em julho de 1974, com o apoio do CRUB foi realizado um Seminário na Universidade de Brasília, no então Departamento de Biblioteconomia, com o objetivo de estudar a posição da biblioteca dentro da universidade depois da reforma. O tema central intitulou-se: “A Posição da Biblioteca na Organização Operacional da Universidade” e foi apresentado por Antônio Briquet de Lemos. (TARAPANOFF, 1981, p. 20-21).

No fim do período da Ditadura Militar, Tarapanoff (1981) observa a ocorrência de um planejamento socioeconômico e estrutural da biblioteca universitária. Esse planejamento foi influenciado pelos planos nacionais de desenvolvimento, pelos planos setoriais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, na década de 70, foram os grandes incentivadores de mudanças e desenvolvimento das instituições e sistemas do País.

A criação do PNBU por Chastinet (1990) ocorreu devido ao fortalecimento da pós-graduação na década de 70, o que refletiu positivamente na biblioteca universitária. Os profissionais realizaram discussões entre as instituições e em 1979 criaram seu fórum de debates, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Nesse espaço, os profissionais discutiram e passaram a pressionar o governo propondo a criação de uma unidade no MEC para atuar como elemento de ligação entre as bibliotecas e o setor responsável pelas políticas públicas do setor educacional.

Segundo Lubisco (2001), a biblioteca universitária teve imensos ganhos, um momento desenvolvimentista, uma visão da biblioteca universitária não só integrada à vida acadêmica, mas à vida do País. Surgem programas que promoveram uma integração nacional nas áreas de comutação bibliográfica, a catalogação cooperativa, e envolvendo entidades como o Instituto Brasileiro em Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Biblioteca Nacional (BN), o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), entre outros. Vários foram os programas criados à época: Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), o Programa de Financiamento de Livros para os Cursos de Graduação (BIBLOS), o Programa de Estudos Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, a interação com a rede Bibliodata da FGV e com a Central de Duplicatas da Biblioteca Central de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais (BICENGE), a realização do Curso de Especialização para Bibliotecários das Instituições de Ensino Superior (CEBIES); e a publicação das séries “Documentos Técnicos”, “Documentos de Planejamento” e “Documentos do Programa de Estudos Técnicos. Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos” (DOC.PET) (LUBISCO, 2001, p. 82).

### *3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS*

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para a abordagem histórica da biblioteca universitária. Aplicação de questionários de análises quantitativa e qualitativa que serão enviados a todas bibliotecas das universidades da região sudeste. A estratégia quantitativa é a pesquisa de levantamento, que segundo Creswell (2010) proporciona uma descrição quantitativa de tendências, atitudes e características na análise de uma população. Sua execução é mediante questionários, entrevistas estruturadas e estudos longitudinais com intenção de retratar a população.

#### Universo da pesquisa

As atividades das bibliotecas universitárias da rede federal na região sudeste são inúmeras e complexas. Para esta pesquisa, foi necessário instituir um recorte que congregasse foco em atividades importantes a saber:

#### Procedimentos de coleta dos dados

a) Orçamento no desenvolvimento - A questão orçamentária é primordial no desenvolvimento da biblioteca universitária. Tem-se as verbas distribuídas pelo MEC, pedidos de financiamento à Finep, CNPq e outras agências. Totalizando a verba do MEC e o número de

profissionais (bibliotecários e auxiliares) que compõem os sistemas de bibliotecas das universidades federais da região sudeste brasileira;

b) Tecnologias - Compõe-se do tipo de software de automação da biblioteca universitária, número de computadores para os serviços internos e para usuários, tipos de serviços automatizados na biblioteca (por exemplo, Referência virtual). Quais são os serviços automatizados. Uso de redes sociais e do Portal Capes;

c) Serviços/ produtos - Qual é o sistema de classificação utilizado? Existe uma política de indexação em todo o sistema? Quais são os serviços e produtos ofertados aos seus usuários?;

d) Colaboração - Ausência do sistema de catalogação cooperativa. Há consórcios entre bibliotecas para a compra de livros?

Procedimentos de análise dos dados

Os dados e informações serão analisados conforme as seguintes categorias:

- Orçamento da BU
- Recursos humanos
- Tecnologias de informação e comunicação
- Serviços
- Produtos
- Ações de colaboração

#### *4. CONSIDERAÇÕES FINAIS*

O estudo ainda não concretizado devido problemas com a pandemia do Coronavírus e dificuldades no retorno dos questionários. Cada aspecto dos dados colhidos deve ter uma análise profunda de como os bibliotecários, que são os gestores dos sistemas de bibliotecas, entendem os aspectos dos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos como eles influem no cotidiano e na prestação de serviços à comunidade universitária. O entendimento pode propor soluções para burlar cortes orçamentários, como proposições de parcerias como consórcios. E até mesmo, o bibliotecário universitário poderá se reposicionar na estrutura da universidade, tendo um destaque na gestão pública.

Longe de acreditar que essa pesquisa encerrará esse o estudo que estabelece o diálogo entre orçamento, tecnologias, recursos humanos e serviços contribuirá para um melhor domínio do assunto. Pensar na questão orçamentária, tecnológica e os recursos humanos na Biblioteca Universitária, rever sua história e seu valor institucional, seu alcance, sua funcionalidade dentro da Universidade Federal e seu valor como instrumento de ensino, pesquisa e extensão. Existe uma carência de estudos. Um primeiro estudo regional que poderá depois caminhar para uma pesquisa nacional ou até mesmo um estudo comparativo entre países, como por exemplo Brasil e Estados Unidos, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889. São Paulo: EDUC, 1989.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da universidade brasileira. Química Nova, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v30n7/49.pdf> . Acesso em: 9 mar. 2020.

CHASTINET, Yone. A criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias – PROBIB e a implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNBU: 1986-1989. Brasília: SESu/PNBU, 1990.

CID, Isabel. A fundação da Universidade de Évora. In: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. História da universidade em Portugal. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. v. 1, t. 2, p. 395-402.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabienne Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. Encontros Bibli, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344> . Acesso em: 25 maio 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de; MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 40-51, mar. 1975. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb>. Acesso em: 23 maio 2019.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, 2001. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15087/1/N%C3%ADdia%20Maria%20Lienert%20Lubisco.pdf> . Acesso em: 1 set. 2020.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MIRANDA, Antônio Lisboa Carvalho de. Acervos de livros das bibliotecas nas instituições de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 30-40, jan./abr. 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/514/514> . Acesso em: 10 abr. 2019.

MORAES, Rubens Borba de. Livros e bibliotecas no Brasil colonial. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORHY, L. Brasil: universidade e educação superior. In MORHY, L. *Universidade no mundo: universidade em questão*. Vol.2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SANTOS, Edilene Galdino dos; ARAÚJO, Eliany Alvarenga; NUNES, Maria de Fátima. Plano nacional de bibliotecas universitárias (PNBU): visão histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO, POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, 2014, Goiânia, GO. Anais [...]. Goiânia: UFGO, 2014. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/715/o/PLANO\\_NACIONAL\\_DE\\_BIBLIOTECAS\\_UNIVERSIT%C3%81RIAS\\_-\\_pronto.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/715/o/PLANO_NACIONAL_DE_BIBLIOTECAS_UNIVERSIT%C3%81RIAS_-_pronto.pdf) . Acesso em: 1 dez. 2019.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição socioeconômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília: CAPES, 1981. p. 9-35. Disponível em: [https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais\\_anterior/II-SNBU.pdf](https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf) . Acesso em: 23 abr. 2019.

TOSCANO, Geovânia da Silva; SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. A formação universitária e gestão acadêmica no ensino público: experiências de ações extensionistas na UFRN e na UFBA. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 171-190, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/17789/10152/> . Acesso em: 23 abr. 2019.